



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

ATA N.º 98/CNE/XV

No dia dez de outubro de dois mil e dezassete teve lugar a reunião número noventa e oito da Comissão Nacional de Eleições, na sala de reuniões sita na Av. D. Carlos I, n.º 128 – 7.º andar, em Lisboa. -----

À hora marcada, 10 horas e 30 minutos, a reunião teve início sob a presidência do Senhor Juiz Conselheiro José Vítor Soreto de Barros e com a presença dos Senhores Drs. Francisco José Martins, João Tiago Machado, João Almeida, Jorge Miguéis e Sérgio Gomes da Silva. -----

Posteriormente compareceram os Senhores Drs. José Manuel Mesquita, Carla Luís e Mário Miranda Duarte. -----

A reunião foi secretariada por mim, João Almeida, Secretário desta Comissão. --

1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Dr. João Almeida pediu a palavra para dar nota de que está em fase de conclusão o programa de instalação do espaço necessário para a Comissão e seus serviços, no seguimento do que foi deliberado na reunião plenária de 7 de julho p.p.. -----

O Senhor Dr. João Almeida referiu, ainda, que é urgente tratar da questão da avaliação do desempenho nos serviços da CNE, atendendo à extrema importância que tem para os trabalhadores, em face do descongelamento da progressão nas carreiras previsto para o próximo ano. -----

O Sr. Dr. Francisco José Martins pediu a palavra para, na esteira do que referiu na reunião plenária anterior, registar que é fundamental pensar o que se pretende da CNE, e que cabe ao legislador por excelência, a Assembleia da República, fazer a reflexão e, ouvindo os interessados, determinar as suas necessidades em matéria de instalação e de recursos humanos. -----



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Acrescentou que o exemplo das últimas eleições autárquicas certamente que irá ajudar a transmitir, porventura, com um relatório da CNE, o que foi e poderá ser no futuro a criação de condições adequadas à satisfação de direitos constitucionais dos cidadãos e dos recursos humanos e de instalação da CNE. --

O Senhor Dr. Sérgio Gomes da Silva reiterou que se oporá com a máxima assertividade possível à mudança para instalações que não garantam a adequada acessibilidade. -----

O Senhor Dr. Jorge Miguéis deu nota de que o edifício adquirido pela Assembleia da República, n.º 126 da Av. D. Carlos I, assenta num caneiro que, causa inundações nas caves, o que inviabiliza, desde logo, que as mesmas sirvam para armazenamento de bens. -----

Os Membros abordaram ainda a necessidade de adquirir novos equipamentos informáticos de apoio, tendo o Senhor Dr. Sérgio Gomes da Silva notado que, para seu uso, deve ser escolhido um Apple por garantir maior acessibilidade. Os Senhores Drs. Francisco José Martins, Carla Luís e João Tiago Machado declararam prescindir de equipamento informático, optando por manter apenas o sistema tradicional, designadamente em papel no que se refere à documentação das reuniões. -----

O Senhor Dr. João Tiago Machado propôs que, no futuro, o registo dos processos instaurados contenha, também, indexação por distrito e que os relatórios síntese incluam o quadro que relaciona o tema com o tipo de deliberação. -----

Os Senhores Drs. Carla Luís, José Manuel Mesquita e Mário Miranda Duarte entraram na reunião durante o período antes da ordem do dia e participaram nos assuntos debatidos. -----

2. 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.01 Ata da reunião plenária n.º 96/CNE/XV, de 1 de outubro



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

A Comissão aprovou a ata da reunião plenária n.º 96/CNE/XV, de 1 de outubro, cuja cópia consta em anexo à presente ata, com os votos favoráveis de todos os Membros que participaram na reunião a que respeita. -----

2.02 - Ata da reunião plenária n.º 97/CNE/XV, de 3 de outubro

A Comissão aprovou a ata da reunião plenária n.º 97/CNE/XV, de 3 de outubro, cuja cópia consta em anexo à presente ata, com os votos favoráveis de todos os Membros que participaram na reunião a que respeita. -----

2.03 - Acórdãos do TC n.ºs 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 606 e 607

A Comissão tomou conhecimento dos Acórdãos do Tribunal Constitucional em referência, que constam em anexo à presente ata. -----

2.04 - Processos AL2017 por publicidade institucional proibida

Os Membros usaram da palavra para analisar a documentação preparada pelos serviços sobre o assunto em referência, que consta em anexo à presente ata, e solicitaram que a mesma fosse organizada em grupos de processos, que se identificam entre si em função de determinados aspetos (referência ao crime de desobediência, recurso para o TC e sua decisão, informação de cumprimento/incumprimento da deliberação da CNE) para submeter à próxima reunião plenária. -----

2.05 - Pedido de esclarecimento de candidato sobre o boletim de voto da eleição da Assembleia Municipal do Funchal – Comunicação da Delegada da CNE na Região Autónoma da Madeira

A Comissão tomou conhecimento da documentação em referência, que consta em anexo à presente ata, e deliberou, por unanimidade, concordar com o esclarecimento proposto pela Delegada da CNE na Região Autónoma da Madeira, a quem se solicita que providencie o envio da resposta. -----

2.06 - Voto dos emigrantes portugueses no concelho de Montalegre